



MUSEU DE NOVIDADES

POR ANDRÉ STANGL



A PORTARIA TAMBÉM VEDA A APRESENTAÇÃO DE CONTEÚDO GERADO POR IA COMO SE FOSSE DE AUTORIA HUMANA

astangl@gmail.com andrestangl.com

As IAs e a crise da integridade acadêmica

Muita gente festejou. Outras pessoas ficaram desconfiadas. Afinal, a portaria do CNPq teria "liberado geral" o uso de inteligência artificial na pesquisa acadêmica?

Em março de 2026, o CNPq publicou a Portaria nº 2.664, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica. A norma foi apresentada pelo próprio Conselho como uma política voltada a garantir a integridade das atividades científicas apoiadas pelo órgão, com base em quatro dimensões: educação, prevenção, apuração e sanção. A repercussão pública da portaria, no entanto, concentrou-se fortemente em um ponto específico: o uso da inteligência artificial generativa na pesquisa. Isso não aconteceu por acaso. A própria divulgação institucional do CNPq destacou, em seu subtítulo, que a política "traz diretrizes para uso de IA na pesquisa científica".

Só que essa atenção foi desproporcional. O tema da inteligência artificial ocupa uma parte pequena do texto da portaria — algo em torno de 2% do documento, se considerarmos apenas os trechos diretamente dedicados à inteligência artificial generativa. Ela aparece sobretudo no artigo 9º, quando a norma determina que o uso de ferramentas de IAG deve ser declarado em qualquer fase da pesquisa, da concepção à redação, análise de dados e submissão. A portaria também veda a apresentação de conteúdo gerado por IA como se fosse de autoria humana; proíbe inserir projetos de terceiros em ferramentas de IA para elaboração de pareceres — ponto que, por sinal, mereceria um debate mais amplo —; e responsabiliza os autores pelo conteúdo final, inclusive por eventuais plágios ou imprecisões produzidas pela ferramenta.

Ou seja: a IA funcionou como chamariz, aproveitando o hype do tema. Mas o documento é muito mais amplo. Ele trata de autoria, dados, avaliação, currículo, assédio, discriminação, conflito de interesses, publicações predatórias, manipulação de citações, reprodutibilidade e responsabilidade institucional. Em certo sentido, a inteligência artificial apenas tornou mais visível uma crise estrutural e anterior: a fragilidade de uma cultura acadêmica já pressionada por produtividade, métricas, competição, hierarquias e atalhos.

A inteligência artificial não criou a crise da integridade científica. Ela apenas nos obrigou a olhar para essa crise com mais atenção. A portaria do CNPq é importante não porque transforma a IA em vilã, mas porque mostra que o verdadeiro desafio está em reconstruir uma cultura acadêmica capaz de sustentar transparência, cuidado metodológico, responsabilidade autoral e confiança pública na ciência.

Essa discussão, porém, não começa agora. Umberto Eco já havia percebido que a universidade mudava mais rápido do que seus rituais acadêmicos. Em *Como se faz uma tese*, publicado originalmente em 1977, Eco escrevia para uma universidade italiana que já não era a universidade de elite de antes. Era uma universidade de massa, frequentada por estudantes de diferentes origens sociais, muitos deles trabalhadores, sem tempo integral para estudar e sem familiaridade prévia com bibliotecas, fichários, catálogos e códigos tradicionais da vida acadêmica.

Esse ponto é importante porque Eco não reage à massificação com nostalgia aristocrática. Ele

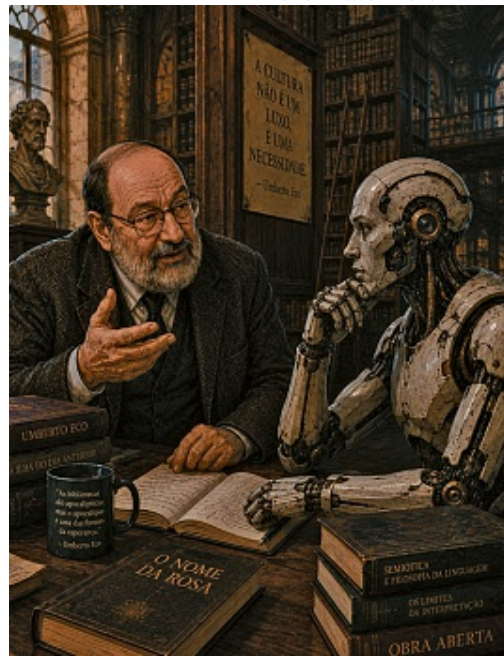


IMAGEM GERADA COM GPT-IMAGE POR ANDRÉ STANGL

não escreve para lamentar a chegada de novos estudantes à universidade. Ao contrário, nem apocalíptico, nem integrado: escreve para oferecer método a quem não herdou naturalmente os códigos da pesquisa. Seu livro é, nesse sentido, uma resposta pedagógica a uma crise institucional. Diante de uma universidade mais ampla, mais heterogênea e mais pressionada, Eco não diz apenas: "os estudantes não sabem pesquisar". Ele pergunta: como ensinar o ofício da pesquisa em condições reais, imperfeitas e desiguais?

Escrever uma tese aparece, nesse contexto, como um paradoxo. Pode ser apenas um rito burocrático, uma formalidade de conclusão de curso, um obstáculo final. Mas também pode ser uma experiência formadora: aprender a delimitar um tema, buscar fontes, organizar materiais, distinguir fonte primária de comentário, citar corretamente, construir um argumento e permitir que outros acompanhem o percurso realizado.

A comparação com a portaria do CNPq é interessante. Assim como Eco escrevia diante da transformação da universidade pela massificação, hoje a política de integridade científica surge em meio a outra transformação: a digitalização da pesquisa e a popularização das IAs generativas. Nos dois casos, uma mudança no ambiente acadêmico produz insegurança, ruído e tentação moralista.

Na Itália dos anos 1970, o problema podia ser formulado assim: como preservar a qualidade da pesquisa em uma universidade que deixou de ser restrita à elite? Hoje, a pergunta

A IA NÃO CRIOU A CRISE DA INTEGRIDADE CIENTÍFICA. ELA APENAS NOS OBRIGOU A OLHAR PARA ESSA CRISE

talvez seja outra: como preservar a integridade científica em uma cultura acadêmica atravessada por diversidade de classes e culturas, plataformas digitais, métricas, produtividade acelerada e ferramentas capazes de simular etapas iniciais da elaboração de uma tese?

O livro de Eco ajuda a evitar um equívoco. O problema não está simplesmente na chegada de novos sujeitos ou de novas ferramentas. O problema está em imaginar que a pesquisa possa existir sem método. Na universidade de massa, era preciso explicitar procedimentos que antes pareciam naturais para poucos: como escolher um tema, como usar uma biblioteca, como organizar fichas, como escrever com clareza, como sustentar uma afirmação. Na universidade mediada por IA, será preciso explicitar outros procedimentos: como declarar o uso de ferramentas, como verificar fontes, como distinguir síntese de leitura, como documentar o percurso de pesquisa e como assumir responsabilidade autoral por textos produzidos com mediações técnicas.

Por isso, Eco continua atual. Ele nos lembra que pesquisar não é apenas reunir informações. É transformar informação em problema, problema em método e método em um percurso comunicável. A inteligência artificial pode acelerar muitas etapas: localizar textos, resumir argumentos, sugerir conexões, revisar redações, comparar documentos. Mas ela não substitui o gesto intelectual que define o objeto, julga a relevância das fontes, sustenta uma interpretação e responde pelo que é afirmado.

Nesse sentido, a portaria do CNPq pode ser lida menos como uma reação defensiva à IA e mais como um chamado à explicitação do método. O desafio não é apenas impedir fraudes, mas reconstruir uma relação pedagógica e um sentido comunitário para a vida acadêmica. Por isso, culpar apenas o ChatGPT pelos trabalhos entregues sem reflexão é uma forma cômoda de evitar perguntas mais difíceis. O que aconteceu com a relação entre professores e estudantes? Que sentido a escrita acadêmica ainda tem quando se reduz a uma tarefa burocrática? Por que tantos atravessam a universidade apenas em busca de um título, sem encontrar nela uma experiência real de formação, descoberta e participação no conhecimento?

A crise da integridade acadêmica é, no fundo, também uma crise de convivência. Convivência entre orientadores e orientandos, entre estudantes e professores, entre instituições e pesquisadores, entre diferentes formas de saber e diferentes modos de escrever. A IA intensifica essa crise porque torna os atalhos mais rápidos, as fraudes mais sofisticadas e as fronteiras da autoria mais nebulosas. Mas ela também nos obriga a encarar aquilo que já estava mal resolvido.

O desafio, portanto, não é simplesmente proibir ou liberar ferramentas. É reconstruir o pacto formativo da universidade. Isso exige transparência, responsabilidade, clareza metodológica e, sobretudo, uma reflexão mais honesta sobre por que pesquisamos, para quem escrevemos e que tipo de conhecimento queremos produzir. A inteligência artificial pode ser parte do problema quando usada para ocultar, simular ou substituir o trabalho intelectual. Mas também pode ser parte da solução se nos ajudar a repensar formas de avaliação, práticas de escrita, processos de orientação e modos mais abertos, plurais e responsáveis de produzir conhecimento.

COESCRITO COM UMA IA

ANDRÉ STANGL É PROFESSOR E PESQUISADOR VISITANTE (ISC-UFBA), CRESCER EM BROTAS, ESTUDOU FILOSOFIA E FEZ DOUTORADO NA USP